

Is
Proc 397
243/19-28
PR/SL

**DECISÃO DO PREGOEIRO SOBRE A IMPUGNAÇÃO INTERPOSTA PELA EMPRESA – TECHCOM
TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - EPP, AO SUBITEM 11.1.2, ALÍNEA “a” - QUALIFICAÇÃO
ECONÔMICA FINANCEIRA DO EDITAL 5/2019.**

1 - OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários (remoto e presencial), serviços técnicos para sustentação dos recursos e processos de tecnologia da informação e comunicações (TIC) e serviços técnicos para suportar as demandas eventuais ou programadas, em todas as unidades da Codevasf, conforme condições, quantidades e exigências, descritos no subitem 1.2. do Termo de Referência, Anexo-I do Edital.

2 - DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação ao subitem 11.1.2., alíneas “a”, do Pregão Eletrônico, 5/2019, que tem previsão de abertura da Sessão Pública para o dia 16/5/2019, foi interposta tempestivamente pela empresa **TECHCOM TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - EPP**, via e-mail, no dia 6/05/2019, às 14:30, atendendo assim, as exigências do subitem 6.1 do Edital, que prevê um prazo mínimo de 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da Sessão Pública do Edital para, querendo, assim o licitante proceder.

3 – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAS

Trata-se da impugnação do Edital 5/2019, impetrada pela licitante **TECHCOM TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - EPP**, que se insurge contra as exigências editalícias constantes do subitem 11.1.2., alínea “a” do Edital, que trata da exigência de comprovação do CAPITAL SOCIAL, correspondente a 10% do valor orçado da licitação, estimado em R\$ 12.731.048,40, como condição da comprovação da saúde financeira da licitante de melhor lance, sendo um dos pré-requisitos da “QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA, para que seja considerada habilitada, conforme alínea transcrita a seguir:

a) - Subitem 11.1.1, alínea “a”: “Comprovação do capital social mínimo no valor de R\$ 1.270.000,00 (um milhão, duzentos e setenta mil reais)”

A Impetrante alega em particular, que o Edital deveria assegurar a opção de comprovação da “saúde financeira da concorrente”, utilizando-se também, outro índice como a “SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO” conforme prevê o Art. 31, §§ 2º e 3º da Lei 8.666/93, evitando assim, a restrição à competitividade na participação dos concorrentes e evitando também, contrariar o art. 3º, inciso I, §1º da Lei 8.666/93, que veda aos agentes públicos, admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustre o caráter competitivo do certame.

4 - DO MÉRITO



Inicialmente cabe esclarecer que as alegações com fundamentos na Lei 8.666/93, não mais se aplicam às licitações realizadas pelas EMPRESAS ESTATAIS, desde 30 de junho de 2018, que passaram a ser regidas pela Lei 13.303/2016.

Quanto ao valor de \$r 1.270.000,00, que corresponde à 10% do valor orçado/estimada da licitação, já demonstrado acima, como um dos pré-requisitos de qualificação econômica financeira questionado pela impugnante, não vislumbro qualquer ilegalidade, pois a exigência do referido percentual está em consonância com o que autoriza a nova legislação, que não faz menção a opções variadas de percentuais, seja do Capital Social ou do Patrimônio Líquido da empresa, como opções da qualificação econômica financeira da licitante, conforme previsto no Art. 58, inciso III da Lei 13.303/2016, que diz apenas:

***“Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:
(...)***

III - capacidade econômica e financeira;”

Corroborando o que já menciona a Lei 13.303/2016, citado acima, o Regulamento Interno de Licitações da Codevasf, já adequado à nova legislação, também define as exigências que devem ser observadas nas licitações, quanto à qualificação econômica financeira, no art. 70, § 2º, Inciso II, nos termos a seguir transcritos:

“Art. 72. Os critérios de habilitação serão definidos de acordo com o objeto a ser contratado pela Codevasf.

(...)

§ 2º Os seguintes critérios de habilitação poderão ser exigidos, proporcionalmente ao objeto licitado, conforme definido no instrumento convocatório:

(...)

II - capacidade econômica e financeira; “

Cabe ressaltar ainda, que o **art. 37 – Inciso XXI – da Constituição Federal** também permite que se façam “exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”, essa é a premissa que visa resguardar o poder público de empresas que não tenham condições de arcar com a execução do objeto da licitação.”

Ademais, trata-se de uma licitação de grande porte, com valor estimado de R\$ 12.731.048,40, conforme consta do item 22.1 do Edital 05/2019 que obteve a análise prévia e aprovação da Assessoria Jurídica quanto aos aspectos da legalidade, concluindo pelo cumprimento e observância das disposições legais que tratam a matéria, conforme consta dos autos.



Is 399
Proc 243/19-78
PR/SL**5 – DA CONCLUSÃO**

Diante das justificativas acima, onde ficou demonstrado que a Codevasf tem liberdade de definir um percentual, limitado a 10% do valor orçado/estimado da contratação, como parâmetro para avaliar a qualificação econômica financeira das empresas participantes do certame, visando o bom desempenho da futura empresa a ser adjudicada para a execução do objeto licitado.

Diante do exposto acima, mantenho as exigências de comprovação do valor de R\$ 1.270.000,00 (um milhão, duzentos e setenta mil reais), que corresponde à 10% do valor orçado da licitação, constante do subitem 11.1.2, alínea “a” do Edital e NEGÓCIO PROVIMENTO à Impugnação impetrada pela empresa **TECHCOM TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI - EPP**, mantendo assim, inalteradas as demais cláusulas do referido Edital.

Brasília-DF, 7 de maio de 2019.



Messias carvalho da silva

Pregoeiro – Decisão 1059/2018

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

Brasília, 08 de maio de 2019

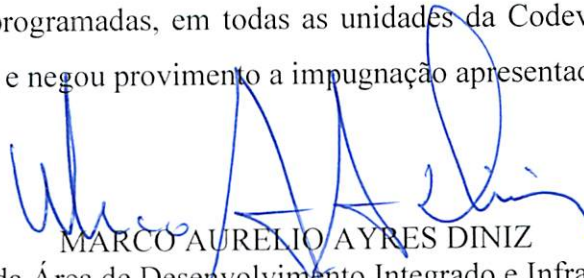
PR/SL - Recebido
Em, 10/05/19 Horas 09:14
Andreia
Rubrica

Referência: Processo nº 59500.000243/2019-78

Interessado: PR/SL

Assunto: Recurso administrativo interposto pela Techcom Tecnologia e Informática Eireli –EPP

Homologo o Relatório do Pregoeiro, fls. 397 a 399, que analisou a impugnação interposta pela empresa TECHCOM TECNOLOGIA E INFORMÁTICA EIRELI –EPP, contra as exigências editalícias constantes do subitem 11.1.2, alínea ‘a’ do Edital nº 05/2019 – Pregão Eletrônico/SRP, que tem por objeto a contratação de serviços técnicos especializados para atendimento aos usuários (remoto e presencial), serviços técnicos para sustentação dos recursos e processos de tecnologia da informação e comunicações (TIC) e serviços técnicos para suportar as demandas eventuais ou programadas, em todas as unidades da Codevasf, conforme condições, quantidades e exigências, e negou provimento a impugnação apresentada.



MARCO AURELIO AYRES DINIZ
Diretor da Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
Respondendo pela Presidência